

CAMPANHA SALARIAL

COMEÇA LUTA UNIFICADA DOS FEDERAIS POR DATA-BASE

Não dá para esperar o Carnaval passar para começar a luta! Dois representantes de Santa Catarina, Paulo Koinski e Fernanda Ambros, Coordenadores do SINTRAJUSC, irão participar da reunião do Fórum Nacional dos SPFs, dia 7 de fevereiro, e da Reunião Ampliada da FENAJUFE, dia 8 de fevereiro, ambas em Brasília.

Eles tiveram seus nomes aprovados na Assembleia do dia 22. Nas duas reuniões serão debatidas as reivindicações dos servidores públicos federais e o calendário de lutas para mobilizar os trabalhadores.

Lançamento estadual

Representantes de cinco entidades de servidores públicos federais estiveram no Ato de lançamento, nos estados, da Campanha Salarial 2014, semana passada na Justiça Federal. Apesar do forte calor, participaram servidores do Judiciário das três Jus-

tiças da Capital e de São José. Foi uma bela Assembleia, a segunda do ano, e que deixou clara a necessidade de união de todos servidores para arrancar conquistas em ano de Copa e de eleição.

O tom da campanha já ficou evidente na entrada do prédio da JF, onde três banners reproduziam o lema “Jogando juntos a gente conquista!”.

Na pauta de reivindicações, uma das que recebeu destaque nas falas foi a necessidade de definição da data-base (1º de maio) dos servidores públicos. É urgente pressionar o governo Dilma/PT nesse sentido, destacou a representante do Ministério Público do Trabalho, Gleidismara Cardoso. “Não vamos permitir que cada vez mais nos tratem como categoria de segunda classe”, disse ela, classificando como fundamental que o Fórum que reúne os SPFs em SC faça reunião ao menos uma vez por mês para pautar as lutas da categoria.

O Coordenador do SINTRAJUSC Sérgio Murilo de Souza enfatizou que os governos passam, mas um direito básico dos servidores, a reposição anual de salários, não é reconhecido. “Para conquistá-lo, como já ocorreu em outros momentos, é preciso muita luta, e unificada”.

O Coordenador Paulo Koinski ressaltou que a luta pela data-base unifica todos os servidores públicos federais, e o Coordenador Edson Regis finalizou dizendo que os balões coloridos lançados ao final do Ato vão chegar a cada município do estado para convidar todos os servidores a participar das mobilizações.

A diretoria do SINTRAJUSC avaliou como extremamente positivo o Ato de lançamento da Campanha Salarial em Santa Catarina, e convida todos os servidores a se somar a todas as atividades chamadas pelo Sindicato, para mostrar que jogando juntos a gente conquista!

Ação judicial na Justiça Federal

O Setor Jurídico do SINTRAJUSC está entrando com ação judicial para o pagamento dos atrasados do reenquadramento na JF. No TRF4 a informação é a de que não há recursos e que a Administração aguardará a suplementação orçamentária, por meio do Conselho da Justiça Federal (CJF). A justificativa é a mesma do ano passado. Essa falta de previsão mais uma vez atinge um direito dos servidores conquistado ainda em 2013, depois de muita pressão em Brasília.

ISONOMIA DOS CHEFES DE CARTÓRIO

Em fevereiro, mais uma etapa da luta

Em fevereiro começa a peregrinação nas Comissões da Câmara dos Deputados para agilizar a tramitação do PL 7027/2013, que trata da isonomia dos Chefes de Cartório da Justiça Eleitoral. O objetivo é aprová-lo com a urgência necessária e reparar uma injustiça que se arrasta há anos.

O projeto está tramitando desde 20 de dezembro e trata da isonomia entre chefes de cartório das capitais e do interior, da função comissionada para assistente de cartório e cria mais cargos para as zonas eleitorais criadas após a lei 10.842/04. A proposição foi encaminhada pelo TSE pelo Ofício 5536/2013.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 (Lei 12.919 de 24 de dezembro de 2013) no seu artigo 80, § 1º, assegura dotação orçamentária à referida matéria e a possibilidade de aprovação e aplicação a partir da aprovação e publicação da norma.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) havia aprovado, em 17 de dezembro, o processo administrativo que resultou no projeto. Isso depois da insistência dos servidores que, ouvidos pela relatora, conselheira Maria Cristina Peduzzi, conseguiram a inclusão, a votação e a aprovação da matéria.

Logo após a aprovação pelo CNJ, a Fenajufe encaminhou ofício ao presidente do TSE, ministro Marco Aurélio Mello, para que enviasse imediatamente o projeto ao Congresso Nacional. A iniciativa deveu-se à resistência do presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, de levar a proposta às sessões do CNJ, órgão também presidido por ele.

A antiga reivindicação integra a pauta emergencial entregue aos tribunais superiores e é parte da campanha salarial conjunta 2014, lançada em SC no dia 22 de janeiro e nacionalmente no dia 5 de fevereiro.

Gratificação Judiciária: julgamento adiado novamente

A Secretaria do Plenário do TRF4 informou que não haverá sessão da Corte Especial no próximo dia 30 de janeiro. Esta data constava do calendário divulgado no site do Tribunal mas, segundo a Secretaria, não foram indicados processos suficientes para realização da sessão. Dois Coordenadores do Sindicato já haviam agendado a viagem a Porto Alegre para acompanhar a sessão.

Com isso, o julgamento do Agravo Regimental interposto pelo SINTRAJUSC contra a liminar que suspendeu a liberação dos valores nas execuções da Gratificação Judiciária deverá ser apreciado apenas na sessão do dia 27 de fevereiro. De acordo com o Regimento Interno do TRF, cabe ao Presidente apresentar em mesa o agravo na primeira sessão subsequente à sua interposição.

O servidor aposentado da Justiça do Trabalho, Vicente Machado Pereira, 75 anos, está na ação desde o início e fica perplexo de ver tantos atrasos e desmandos no julgamento de um direito dos servidores. Ele afirma que deve haver mais consciência e respeito, por parte dos três poderes, aos trabalhadores, principalmente aos idosos, porque há anos vê essa ação se arrastar. O Sindicato irá manter informados os servidores que estão na ação.

Opinião dos servidores

“A diferença dos valores das funções comissionadas entre os chefes de cartório das zonas da capital e das demais cidades é algo que não tem critério lógico. Nada mais justo do que retribuir de forma igual - isonômica - o trabalho desenvolvido pelos servidores da Justiça Eleitoral que têm as mesmas atribuições. Se não bastasse, é muito comum que os chefes de cartório de zonas eleitorais menores, localizadas no interior do Estado, tenham mais dificuldades e problemas para realizarem suas funções. Assim, a isonomia entre as funções comissionadas busca apenas corrigir estas distorções.”

Ricardo Frameschi Senhorini - Chefe de Cartório - 88ª ZE, Blumenau

“A aprovação desse projeto é muito importante para a categoria. Não tem razão de ser uma diferença dessas no pagamento da chefia de cartório. São as mesmas atribuições na Capital e no interior. A expectativa é que essa diferença seja paga ainda este ano.”

Irael Moraes - Chefe de Cartório - 95ª ZE, Joinville

PJe-JT no Pleno

Finalmente, depois de meses, o Requerimento do SINTRAJUSC que pede a imediata suspensão do processo judicial eletrônico (PJe-JT) em Santa Catarina até que o sistema ofereça melhores condições de operabilidade pelos usuários entra na pauta do Pleno do TRT-SC.

A sessão será no dia 10 de fevereiro. O ponto é o primeiro dos Recursos Administrativos. O relator o desembargador Jorge Luiz Volpato.

Facebook: Sintrajusc

Twitter: @sintrajusc